



ACÓRDÃO Nº926/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11806/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francisco Moreira de Oliveira Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2854/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN. Exercício de 2018.

Irregularidade. Alcance. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Determinação. Ofício. Notificação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. POR MAIORIA:

10.1.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto**, na condição de Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN, referente ao exercício de 2018.

10.2. À UNANIMIDADE:

10.2.1. Considerar em Alcance o **Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto** no valor de **R\$ 27.284,32** (vinte e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos – FAPEN, conforme art. 304, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, devido às



ACÓRDÃO Nº926/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

restrições não sanadas de nº 6, 25 e 27.

10.2.2. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto no valor de **R\$ 18.654,39** (dezoito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em virtude das restrições de nº 2, 3, 5, 7, 10, 11, 14, 15, 16, 24 e 26, que importam em ato de grave infração à legislação de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme art. 54, inciso VI, da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. A multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.2.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto.

10.2.4. Determinar à Comissão de Inspeção das contas do **Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos - FAPEN** do exercício de 2019, que verifique *in loco* em que estágio estão as providências tomadas acerca das restrições de nº 8, 9, 12, 13, 19, 20, 21, 22 e 23, ressaltando que caso não seja localizada prova cabal de que alguma medida está sendo tomada acerca de tais, incorrerá o gestor na multa prevista no art. 308, inciso VI Resolução nº 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/96, por grave infração à legislação de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

10.2.5. Determinar à Comissão de Inspeção das contas da **Prefeitura do Município de Barcelos** do exercício de 2019, que verifique *in loco* se a dívida a que se refere a restrição de nº 18 foi paga.



ACÓRDÃO Nº926/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.6. Determinar à Comissão de Inspeção das contas do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Barcelos - FAPEN do exercício de 2020, conforme autorização do Relator competente, que verifique *in loco*:

10.2.6.1. Se ocorreu o recenseamento previdenciário a que se refere o item 10.3.1. do Acórdão nº 906/2019 – TCE – Tribunal Pleno, exarado no Processo nº 11591/2018.

10.2.6.2. Se o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP do FAPEN já está regularizado, conforme determinado pelo item 10.3.2. do Acórdão nº 906/2019 – TCE – Tribunal Pleno, exarado no Processo nº 11591/2018.

10.2.7. Oficiar o Ministério Público do Estado do Amazonas, encaminhando-lhe cópia da Informação Conclusiva nº 01/2020-DICERP, do Parecer nº 2854/2020 – MPC/ELCM e do Relatório/Voto, para adoção das medidas que entender cabíveis acerca das restrições de nº 3 e 17 do processo em epígrafe.

10.2.8. Oficiar a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT) do Ministério da Economia encaminhando-lhe cópia da Notificação nº 01/2019-CI/DICERP, Informação Conclusiva nº 01/2020-DICERP, do Parecer nº 2854/2020 – MPC/ELCM e do Relatório/Voto, para adoção das medidas que entender cabíveis acerca das restrições de nº 7, 12, 17, 19 e 21 do processo em epígrafe.

10.2.9. Notificar o Sr. Francisco Moreira de Oliveira Neto, para que tome ciência do decisório.

10.2.10. Arquivar o processo, após trânsito em julgado, nos moldes regimentais.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho pelas complementações quanto à fundamentação do julgamento.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Setembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº926/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral